

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

RENATA FREIRE DUARTE

INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

**JOÃO PESSOA - PB
2021**

RENATA FREIRE DUARTE

INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. Dra Norma Maria de Lima.

JOÃO PESSOA - PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D812i Duarte, Renata Freire.

Inclusão social na educação / Renata Freire Duarte. -
João Pessoa, 2021.
40 f.

Orientação: Norma Maria de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
- modalidade à distância) - UFPB/CE.

1. Inclusão. 2. Educação. 3. Direito. I. Lima, Norma
Maria de. II. Título.

UFPB/BS/CE

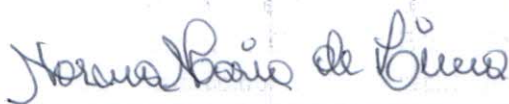
CDU 37(043.2)

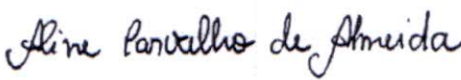
INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: ____/____/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. 
Orientador Dra Norma Maria de Lima
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. _____
Profa Dra Aline Carvalho de Almeida
Universidade Federal da Paraíba – UFPB


Prof. _____
Profa Ms Maria Goretti Fonseca
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha mãe, que sempre me incentivou, apoiou e me orientou a seguir sempre pelo melhor caminho.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram em minhas escolhas e torceram sempre pelo meu sucesso.

A todos os professores que se dedicaram e me auxiliaram por toda minha trajetória escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir realizar o sonho de concluir esse sonho.

A minha orientadora, Prof. Norma Maria de Lima pela paciência e compreensão.

Aos professores desta instituição, e os demais que passaram por minha vida acadêmica, profissionais dedicados que buscam o melhor para seus alunos, por esse motivo só tenho a agradecer pelos ensinamentos. Muito obrigada, pois sem estes, não seria possível chegar até aqui.

“Não há nada mais desigual do que tratar igualmente aqueles que são diferentes”

(ARISTÓTELES)

RESUMO

O presente estudo a respeito da inclusão social na educação pretende contribuir com as reflexões sobre o processo de inclusão de crianças que sofrem com preconceitos no ambiente escolar. Tem como tema principal abordar motivos pelos quais ainda existe exclusão de crianças nas escolas e suas marcas. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que tem o objetivo geral de promover discursões acerca do tema buscando novos olhares e reflexões para a mudança dessa prática buscando apontar caminhos para o processo de inclusão e a garantia de acesso ao ensino de qualidade para todos. Atualmente ainda são identificados casos de exclusão nas escolas, que não podem atender as necessidades de pessoas que precisam de um ensino especial. O objetivo específico encontra-se em identificar o caminho percorrido ao longo da história da educação seus avanços, entraves e recuos. Justifica-se a realização do presente estudo por entender que a inclusão na educação ganha cada vez mais espaço, tendo importância cada vez maior em nossa sociedade, para que todos tenham seus direitos garantidos e respeitados.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação. Direito.

ABSTRACT

This study on social inclusion in education aims to contribute to reflections on the process of inclusion of children who suffer from prejudice in the school environment. Its main theme is to address reasons why children are still excluded from schools and their brands. It is characterized as a bibliographical research that has the general objective of promoting discussions on the subject, seeking new perspectives and reflections to change this practice, seeking to point out paths for the inclusion process and guaranteeing access to quality education for all. Currently, cases of exclusion are still identified in schools, which cannot meet the needs of people who need special education. The specific objective is to identify the path taken throughout the history of education, its advances, obstacles and setbacks. The realization of this study is justified by understanding that inclusion in education is gaining more and more space, with increasing importance in our society, so that everyone has their rights guaranteed and respected.

Keywords: Inclusion. Education. Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.....	12
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MUNDIAL	12
1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	16
2. O CAMINHO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	20
2.1 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	20
2.2 AS LEIS QUE ASSEGURAM A INCLUSÃO	21
2.3 O CONVÍVIO DO ALUNO NA SOCIEDADE.....	23
3. METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
4. INCLUSÃO ESCOLAR OU INTEGRAÇÃO	26
4.1 A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO E O PAPEL DO PROFESSOR.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE	37
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	38

INTRODUÇÃO

A inclusão social na educação é um assunto que vem sendo trabalhado ao passar dos anos, visto que, todas as pessoas têm direito de frequentar a escola, mas isso não é tão fácil assim, em nosso país ainda existem diversas crianças que não tem acesso à educação, por diversos motivos, por condições financeiras, características físicas e até mesmo pela cor da pele. Infelizmente, muitas pessoas ainda vêm sofrendo com a falta de acesso a educação, pois nem todos têm as mesmas oportunidades de serem incluídos dentro da sociedade.

Sabemos que existem leis que protegem as pessoas, para que elas tenham a oportunidade de fazer parte da educação, as cotas de vagas em universidades é um exemplo de uma das políticas públicas que visam inclui pessoas negras, deficientes e com baixa renda no sistema educacional. Podemos também salientar que a educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988, porém, ainda é muito comum a prática da exclusão social, que se estabelece por meio de preconceitos e discriminações da sociedade. É através desses preconceitos e discriminações existentes que surge o movimento de inclusão, com a intenção de garantir que todos tenham seus direitos garantidos à educação, e que tenham esses direitos assegurados diante da sociedade.

A melhor maneira de garantir a inclusão social na educação é fazer com que todos estejam inseridos nas escolas e que tenham uma educação de qualidade, assim seus direitos serão assegurados, buscando melhorias para pessoas que foram excluídas, humilhadas ou constrangidas e que lutam para serem incluídas na educação por meio da inclusão. É muito importante que as escolas adotem e adapte-se ao processo de inclusão para que possam suprir as necessidades de cada aluno permitindo seu desenvolvimento e aprendizado integral.

É importante salientar que a escola tem um papel muito importante no processo de inclusão, visto que o espaço escolar deve ser adequado para a convivência e interação entre todos que fazem parte desse universo. Para que os alunos com deficiências possam ter uma educação efetiva e de qualidade, há a necessidade de profissionais qualificados que auxiliem diretamente no aprendizado de cada estudante.

Portanto, considero a pergunta central deste trabalho: As escolas estão preparadas para receberem alunos com deficiências? Adequada, pois cursei quatro períodos de Libras, onde

sempre pesquisávamos sobre a inclusão de alunos com deficiências, o que fez despertar meu interesse para continuar a pesquisar sobre o assunto.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da inclusão na educação por meio de uma pesquisa sobre a história da inclusão e da educação especial nas escolas, buscando compreender toda a sua trajetória e influências para a prática inclusiva no cotidiano escolar, também como as conquistas alcançadas pelas crianças com deficiências nas dificuldades ainda encontradas em sua trajetória escolar.

Para alcançar o objetivo geral proposto, recorreremos aos seguintes objetivos específicos: mostrar recursos para inclusão de pessoas com deficiências ou que sofram com preconceito na sociedade; entender que todos tem direito a educação de qualidade; entender os meios para a formação de qualidade de profissionais para inclusão; mostrar a importância das leis que defendem e orientam o processo de inclusão.

O trabalho tem como justificativa a dificuldade de estar incluído socialmente em um sistema desafiante, projetado para a uniformidade do ser humano sem contemplar as diferenças e peculiaridades de cada um. Esse olhar nos motiva a procurar meios para entender e mostrar para a sociedade a importância da inclusão em nossas escolas, visto que a educação de qualidade é para todos, dessa forma, deve ser garantindo o direito de todos. É muito comum escolas não aceitarem pessoas que tenham alguma deficiência pela falta de profissionais que sejam qualificados para mediar a ação educativa do aluno.

1 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MUNDIAL

A história da inclusão na educação mostra que os conceitos e práticas relativas ao atendimento da pessoa com deficiência vêm evoluindo no decorrer do tempo. Entretanto, também há relatos de políticas extremas de exclusão da sociedade de muitos de seus elementos.

É a partir do século XVIII, que se encontram as primeiras iniciativas visando evitar o isolamento dos cegos e dos demais deficientes, numa tentativa de desenvolver as potencialidades que eles ainda dispunham (LEMOS, 1981, apud BUENO, 1993, p.56).

Segundo Pessoti (1984), a história mostra que, embora sem referências quanto aos deficientes, na Antiguidade havia total falta de atendimento, tratados como seres inúteis eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Em Esparta crianças com deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que justificava sua eliminação ou abandono. Pode-se observar que na literatura da área nessa época não existia nenhum processo de interação com essas pessoas.

De acordo com Mendes (1995), no final do século XIX e meados do século XX, foram surgindo algumas escolas especiais e Centros de Reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com deficiências, poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado. Ainda assim, sendo consideradas funcionalmente inferiores.

Com o advento do Renascimento, ocorre a mudança dessa fase de ignorância e rejeição do indivíduo deficiente e começa a se falar em direitos e deveres dessas pessoas. Esse período tinha valores contrários aos que vigoravam na Idade Média. A partir de então, segundo Jimenez (1994) surgem os primeiros interessados nos estudos e pesquisas das deficiências, entre os quais estavam:

- Bauer (1443 - 1485), que referencia seus estudos a surdo-mudo, em sua obra a “De Invention Dialéctica” devido ao fato da comunicação ser através da escrita.
- Frade Pedro Ponce de León (1509-1584), também baseou suas obras em crianças surdas, ele é considerado o pioneiro do ensino para surdos através da criação do método oral, ele escreveu o livro “Doctrina para los surdos”.
- Charles Michel de l'Épée (1712-1789) cria a primeira escola pública para surdos.
- Valentin Haüy (1746-1822) criou em Paris um instituto para as crianças cegas, criou o sistema braile.

Neste período também, destacam-se muitas personalidades deficientes como Camões (cego), Johannes Kepleer (cego), Beethoven (surdo), todos esses sendo deficientes físicos (CARMO, 1991), além de publicação de obras, de criação de escolas, para alunos deficientes.

Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que é na Idade Moderna que o homem passa a ser entendido como animal racional e trabalha para atingir a igualdade. Valorizam a observação e passam a querer descobrir as leis da natureza deixando um pouco de lado as leis Divinas.

Em 1866, Down explica o mongolismo equiparando-o ao desenvolvimento fisiológico da raça mongol, deficiência conhecida por Síndrome de Down. Por outro lado,

O surgimento de instituições leva a aceitar uma certa responsabilização na educação de crianças com deficiência, ao mesmo tempo, imbuída por uma ambiguidade profunda com respeito ao fenômeno das diferenças individuais que implicam limitações e deficiência (CORREIA, 1997, p.69).

Entretanto, a tendência é marginalizar os deficientes a cerca da sociedade onde vivem, pois estes representam uma ameaça e, seus direitos não são reconhecidos nem tão pouco, são possibilitados de levar uma vida normal. Mendes (1995), porém, afirma que essa atitude deve ser vista de forma conservadora e benéfica para os próprios deficientes, pois nas instituições eles podem receber toda a assistência, proteção e cuidados dos quais necessitam, inclusive um princípio de educação.

O número de instituições aumentou na maioria dos países, na razão direta da deterioração da qualidade do trabalho por dois tipos de fatores: a passagem de uma educação em pequenas instituições para grandes e funestas de depósitos de crianças e a crise econômica e inflação que se fez sentir nessa época (PEREIRA, 1993, p.70).

Portanto, a Educação Especial é vista como uma fase de muito entusiasmo e grande otimismo. [...] acreditava-se que se conseguiria, através da Educação Especial, resolver a maioria dos males provenientes da deficiência. Nessa época abriram as primeiras escolas residenciais de débeis mentais, surdos e cegos. E foi dando início as formações de professores, geralmente em instituição, então, foram criadas as primeiras associações profissionais, tais como a Associação Americana de Instrutores de Cegos (1871) e a Associação Americana de Deficiência Mental (1876) e a psicologia estabeleceu-se como um campo profissional.

Neste período passam a vigorar as políticas de direitos humanos, tornando responsáveis por grandes conquistas, pois elas entram no patamar de igualdade, o que atribui ao processo de inclusão e não de segregação o que afirma que essas pessoas têm o direito de se incluir no contexto escolar e social sem que sofram com o preconceito ou a rejeição dos demais.

Na primeira metade do século XX multiplicaram-se rapidamente as classes especiais, para todo tipo de deficiência, as quais se deturparam e se tornaram convenientes para uma grande variedade de crianças que não podiam ser colocadas em outro lugar, eram destinos alternativos para todo o tipo de crianças que não serviam para o sistema padrão de educação.

Com o surgimento dos trabalhos de Binet, destaca-se a ideia de que a criança deficiente é um produto das classes sociais mais desfavorecidas, e continua-se a defender que ela constitui um perigo para a sociedade, uma vez que a deficiência está fortemente ligada a depravação moral, ao crime, ao pauperismo, o desemprego e a prostituição. Estabelece-se a ligação entre deficiência e a necessidade de apuramento da raça, dando-se incremento às vantagens de segregar e esterilizá-los.

Contudo, a Primeira Guerra Mundial e a nova depressão econômica mudaram esse pensamento, voltando a ser posto em causa o significado da diferença, o papel da criança na sociedade a prevenção das doenças e deficiências, as prioridades no domínio dos serviços de saúde e de segurança social etc.

As duas guerras mundiais deixaram muitas pessoas mutiladas e com perturbações mentais. Os países envolvidos confrontaram-se com a necessidade de assumir

responsabilidades e batalharam na procura de respostas para tão grande número de concidadãos afetados. Observa-se a uma fase de empenhamento e esperança refletida num renascimento humanista, atingindo o ápice nos finais dos anos sessenta.

Os professores do ensino obrigatório cedo começaram a adotar a ideia que predominava nos liceus napoleônicos, de que todos deveriam ser ensinados como se fossem um só. Era a ilusão da turma homogênea numa escola então chamada popular. (NIZA, 1996, p. 48).

O ensino elementar tornou-se obrigatório em quase todos os países da Europa na primeira década do século. Logo após a implantação da República, em Portugal, apenas um terço das crianças, dos sete aos catorze anos, frequentavam a escola obrigatória, decretada em 1911. Niza (1996) afirma que “na França, por essa altura, Binet e Simon tinham concebido a primeira Escola de Inteligência encomendada para selecionar os alunos que não progrediam nem acompanhavam o ritmo de ensino, ministrado nas escolas públicas”.

A importância dos trabalhos de investigação iniciados por Alfred Strauss e Heins Wernerem em relação à abordagem as dificuldades de aprendizagem são atribuídos aos pioneiros germânicos emigrados para os Estados Unidos após o regime nazista, no âmbito das lesões cerebrais e da deficiência mental. Segundo Sahb (2006), “com apoio nestes trabalhos, surgiram métodos pedagógicos de grande interesse, como os inúmeros processos de aprendizagem baseados na atenuação e minimização de estímulos não essenciais ou irrelevantes”.

Miss Eglantine Jebb, na Suíça, foi a precursora da Declaração dos Direitos da Criança em 1921, adotada em 1924, pela Liga das Nações. Em 1948, as Nações Unidas promulgam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a Recomendação 99 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1995, como destaca Pereira (2000) foi um dos primeiros campos de aplicação desse direito, estendendo aos deficientes físicos e mentais as oportunidades de terem acesso à habilitação profissional para o trabalho.

Para Morin (2004, p. 11) “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”.

“A educação deve contribuir, não somente para a tomada de consciência de nossa Terra Pátria, mas também permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a

cidadania terrena. (MORIN, 2004, p. 18)”. O processo de inclusão em nosso país tem como base legal documentos oficiais publicados que se consolidam como políticas públicas ao longo do tempo. São decretos, leis, notas técnicas que tem como foco a organização do sistema educacional para receber o aluno deficiente ou com transtornos de desenvolvimento atendendo-os com qualidade e respeito as suas diferenças.

1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação especial no Brasil é apresentada por meio de momentos e períodos históricos. Isso não significa que só se reconstitui a história através de períodos do tempo, apenas alguns autores constroem períodos para melhorar a organização e a sistematização das informações históricas. No Brasil houve e ainda há poucos estudiosos que realizam pesquisas históricas de forma sistematizada sobre a trajetória da educação especial.

Com base nos estudos de Mazzotta (2003) e Jannuzzi (2004), a trajetória da Educação Especial no Brasil, pode ser organizada nos seguintes períodos históricos:

- 1961 a 1973: da primeira LDB nº 4.024/61 (enquadrando a Educação Especial no sistema educacional) até a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).
- 1974 a 1988: da atuação do CENESP e a Constituição de 1988.
- 1989 a 1999: a educação especial no processo de implantação do paradigma inclusivo.

Segundo Bueno (1993) o marco da Educação Especial no Brasil ocorreu a partir da segunda metade do século XIX com a criação de duas instituições públicas: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857. Ambas criadas por decretos imperiais na cidade do Rio de Janeiro, e ofereciam educação elementar e profissionalizante. A autora Januzzi (2004), ainda afirma que estes dois institutos foram sempre privilegiados, pelo fato, de que estavam subordinados ao Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão de política educacional direcionado a Educação Especial.

É importante ressaltar que nos anos anteriores ao ano de 1961, havia atendimento educacional as crianças com deficiências, entretanto, esse atendimento ocorria de forma isolada e não abrangia todo o território nacional.

Teve início, no período Imperial, o tratamento de doentes mentais em Hospitais psiquiátricos. Esses institutos tiravam e isolavam surdos e cegos do convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. Nesse mesmo período começaram também os tratamentos no Hospital psiquiátrico da Bahia, em 1874.

Após a Proclamação da República, embora, de forma muito lenta, a educação especial foi se expandindo. Em 1903 foi instalado o Pavilhão Bourneville, criado no Segundo Império. Foi criado também o pavilhão de menores do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, Franco da Rocha/SP, em 1923.

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação.

A Educação Especial passou a se expandir em todo o território nacional, embora, de maneira extremamente lenta. Pode-se observar que este fenômeno aconteceu, não só com a Educação Especial, mas com a educação brasileira em geral.

Neste período, a rede pública escolar se preocupará com a deficiência mental, decorrência da influência por parte da psicologia que passou a influenciar nos processos de ensino. Este fato pode ser verificado, em São Paulo, com a criação do Laboratório de Pedagogia Experimental, na Escola Normal de São Paulo em 1913 (PESSOTTI, 1975, p.7).

A deficiência mental então passou a ser de grande interesse, principalmente no início do século passado, refletindo uma preocupação com a higiene da população. Esta preocupação pode ser considerada como o início do processo de legitimação da segregação dos especialistas do aluno diferente.

Durante a década de 1920, foram realizadas várias reformas na educação brasileira, influenciadas pelo ideário da Escola-Nova. Por esse motivo vários professores psicólogos europeus foram trazidos para oferecer cursos aos educadores brasileiros. Esse acontecimento teve forte influência nos rumos da Educação Especial no Brasil.

Somente no começo século XX, iniciou-se a implantação de instituições privadas e filantrópicas especializadas, sendo que a maioria delas possuía convênios com instituições públicas. A primeira instituição privada brasileira surgiu em 1926, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, denominada Instituto Pestalozzi, especializada no atendimento de deficientes mentais. Depois da criação deste instituto surgiram muitos outros nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1929, chegou a Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, ela foi a responsável pela criação de serviços de diagnóstico, classes e escolas especiais e fundou em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais para atender os deficientes. Jannuzzi (1992) afirma que Helena Antipoff contribuiu para a formação de um número significativo de profissionais que, mais tarde, foram trabalhar na área da Educação Especial pelo país.

A Educação Especial no Brasil, nas décadas de 30 e 40, continuou se expandindo por meio da ação do Poder Público e do surgimento de entidades privado-assistenciais.

Depois da segunda Guerra Mundial, a Educação Especial brasileira diferenciou-se pela ampliação do número de entidades privadas, aliada ao aumento da população atendida pela rede pública, o que foi se tornando uma ação em nível nacional com o surgimento dos primeiros Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e das campanhas nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura.

Em 1954, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no estado do Rio de Janeiro. Segundo Silva (apud KASSAR, 2004, p. 27), a APAE segue se desenvolvendo ocupando “o espaço vazio da educação especial como rede nacional.” Isso significa que o atendimento educacional aos deficientes “não estava ocorrendo de modo satisfatório na rede de ensino.” (KASSAR, 2004, p. 27). Nessa época, foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) que, em 1963, realizou seu primeiro congresso (MENDES, 1995). Em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, já contava com 16 instituições por todo o país.

Ao longo da década de 1960, segundo Jannuzzi (1992), ocorreu a maior expansão no número de escolas de ensino especial já vista no país. Em 1969, havia mais de 800

estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960.

Enquanto, na década de 1970, observa-se nos países desenvolvidos amplas discussões e questionamentos sobre a integração dos deficientes mentais na sociedade, no Brasil acontece neste momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. A finalidade do CENESP era “promover, em todo território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 1996, p.55).

No final da década de 80, o Brasil passou por uma reconstrução da Sociedade Democrática marcada por grande movimentação popular. Após 21 anos de ditadura militar, foi observada a reorganização dos partidos políticos e a organização da sociedade em diferentes formas de associações, que buscavam garantir sua participação nas decisões políticas do país. Em consequência dessa reconstrução da sociedade democrática surgiu a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

Com relação à Educação Especial, a Constituição Federal de 1988 prioriza o atendimento ao aluno com deficiência no Ensino Regular. Segundo Code (1986), no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, estabelece a integração escolar como preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Por essa razão pode-se afirmar que ficou assegurado pela Constituição Brasileira de 1988 o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam alguma deficiência.

As instituições assistenciais ganham, nos anos 90, estatuto de organismos não governamentais (ONGs) e a ambiguidade entre os setores públicos e privados é apresentada como uma necessária e fundamental parceria para desenvolvimento do país. Em todas as esferas das relações, sejam elas econômicas ou sociais e em todos os campos do conhecimento, na saúde, na filosofia, na educação etc., este discurso parece ecoar.

Nos dias atuais, a história da Educação Especial no Brasil está com uma página em branco a ser construída.

É dentro dessa ótica que a Educação Especial deve ser analisada, caso contrário contribuiremos muito mais para a manutenção do processo de segregação do aluno diferente, do que para a democratização do Ensino, cujo caminho não pode se pautar na divisão abstrata entre os que, em si, têm condições de frequentar a escola regular e os que, por características intrínsecas, devem ser encaminhadas a processos especiais de ensino (BUENO, 1993, p. 81).

Espera-se que esta construção seja pautada em princípios éticos como respeito à diversidade e igualdade de direitos, tão perseguidos pela humanidade.

2. O CAMINHO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

2.1 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

A educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação. (MANTOAN, 2003). Carvalho (2000), em contrapartida, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades.

Na concepção de Carvalho (2008), a educação inclusiva nasceu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário haver uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. O autor fala ainda que “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (CARVALHO, 2008, p.23).

O medo, a ignorância e o preconceito que ainda caracterizam os professores, tende a diminuir e transformar-se em atitudes positivas quanto ao atendimento dos portadores de necessidades especiais em salas de aula regular (D'ANTINO, 1997).

Quando se fala na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais em salas de aula regular, na escola pública, duas constatações são expressas pela maioria do professorado: ignorância e preconceito (D'ANTINO, 1997).

Antes mesmo de estabelecer uma medição com esse aluno, e de tentar favorecer o vínculo dele com o grupo de classe, o professor alega dificuldades, não investindo nessa possibilidade, sob o argumento de que se faz necessária uma especialização para ser capaz de atuar pedagogicamente com este aluno (FIGUEIREDO, 2002).

Segundo Figueiredo (2002) trabalhar com crianças especiais não requer uma especialização para reduzir ou diminuir o temor às suas deficiências, mas o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando a eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

2.2 AS LEIS QUE ASSEGURAM A INCLUSÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2006), as necessidades especiais não se portam como objetos que são transportados de um lado para outro, dos quais pode se desfazer quando bem entender.

Na concepção de Schwartzman (1999), embora que não se negue que sejam condições orgânico-funcionais concretas, que acarretam incapacidades, as limitações decorrentes dessa situação serão dependentes dos resultados da interação das características diferenciadas das pessoas especiais com as representações em torno delas e das tecnologias no meio social a seu serviço.

Dessa forma, vemos que as necessidades especiais das crianças não são apenas pelas limitações que tem cada um, mas sim a exigência de independência e autonomia que cada um deve ter.

O art.3º da Constituição Federal Brasileira de 1988 diz que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, onde as desigualdades sociais sejam reduzidas, promovendo-se o bem de todos sem qualquer tipo de preconceito (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a lei referida mostra a importância que a sociedade seja livre de qualquer tipo de preconceito, para que as diferenças sociais sejam reduzidas.

Para Werneck (1999), para a construção de uma escola livre de preconceitos a Inclusão Educacional deve atuar no sentido de favorecer a convivência com a diversidade e instituir o respeito e a fraternidade entre as pessoas. Para o autor a escola inclusiva deve promover a convivência com as diferenças, sejam elas quais for, estimulando esse convívio desde os anos iniciais na educação.

2.3 O CONVÍVIO DO ALUNO NA SOCIEDADE

É indiscutível que a educação é extremamente essencial na sociedade, e que a inclusão deve ser respeitada por todos. Porém ainda é bem comum encontrar dificuldades na hora de matricular crianças com deficiências nas escolas. A inclusão de crianças com algum tipo de deficiência é escassa, pois as escolas não estão capacitadas para receberem essas crianças, e não dispõem de profissionais qualificados para atendê-las, tornando ainda pior a situação do sistema de inclusão.

A sociedade e a família têm que sensibilizar sobre o direito de acesso dos alunos com deficiências à escola regular, aprendendo e ensinando que todos são diferentes, especiais e únicos com direitos adquiridos de igualdade, pois não adianta incluir o aluno dentro da sala de aula e continuar discriminando fora dela, explica Carvalho (2005).

Mesmo que haja inclusão na escola é preciso que a sociedade não continue a discriminar as diferenças de cada indivíduo. Deve-se aprender que todos nos somos diferentes e devemos respeitar todas essas diferenças.

3. METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisas, esse método mostra como foram coletados os dados da pesquisa. A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto que vem sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, et al., 2008). Dessa forma, esse tipo de pesquisa tem o objetivo de levantar dados de um conhecimento teórico.

Dessa maneira, o trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, sendo utilizado como base materiais já elaborados, constituído de livros, artigos e materiais científicos sobre o tema, além da utilização de páginas de web sites.

Fonseca (2002, p. 32) afirma que:

A “Pesquisa Bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta”.

Desta maneira, o presente trabalho foi realizado por meio principalmente de consultas a livros, artigos e pesquisas na web sites que tenham como principal temática a inclusão na educação. Primeiramente é preciso a busca de informações sobre o tema para que o assunto seja entendido com clareza e serem comparados com as teorias encontradas nas pesquisas.

A pesquisa foi elaborada a partir de coleta de materiais teóricos, que foram a base do processo construtivo deste trabalho. Nesse processo de elaboração, foi de fundamental importância as teorias de diversos autores como Lemos, Pessoti, Mendes, Jimenez, Correia, Pereira, Niza, Morin, Ferreira e Guimarães entre outros.

Temos também como fontes documentais diversas obras como; *Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer* (1997) de D’Antino; *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente* (1993) de

Bueno; *Temas em educação especial* (2008) de Carvalho; entre tantas outras obras que são de grande importância para que a inclusão na educação seja efetivada.

Todos os capítulos foram construídos a partir de análises feitas sobre a inclusão social na educação, foram feitas coletas de informações e reflexões sobre a história, o processo, a implantação das leis que asseguram a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino brasileiro e as dificuldades desse processo para os alunos na escola. Dessa maneira, podemos explicar o modo que esse processo vem sendo realizado através dos anos.

4. INCLUSÃO ESCOLAR OU INTEGRAÇÃO

É possível analisar que a inclusão social na educação tem um papel fundamental na vida dos alunos que tenham limitações, visto que a inclusão tem o objetivo de efetivar a educação destes. As leis foram criadas para garantir a inclusão destas crianças nas escolas e na sociedade. É possível analisar também que muitas escolas já estão se adaptando a proposta de inclusão.

Apesar de todos os avanços que a inclusão tem tomado durante todos esses anos, nem todas as escolas têm estrutura adequada para receber esses alunos, sejam elas estruturais ambientais, arquitetônicas, didático-pedagógicas dentre outras que perpassam pelo processo de qualificação e preparo dos profissionais para trabalhar diretamente com os alunos que tenham alguma deficiência.

A Política de Educação Especial diz que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto educacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas normais (1994 p. 18).

Sendo assim, é possível afirmar que quaisquer medidas que sejam tomadas sobre integração escolar não devem ser apenas de profissionais especializados, mas sim de toda uma comunidade.

Para Pereira (2000) a integração não permite a mudança da escola como um todo, ao contrário, quem muda é o aluno para adaptar-se às suas exigências, a forma em que está organizada.

Tomando por base essa perspectiva, a escola é quem determina o modelo que o aluno tem que seguir, assim, levantando questionamentos sobre o real papel e função dela. Em contrapartida a inclusão na educação propõe tornar a escola acessível, garantido a participação de todos no ambiente escolar.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003,p.67).

A Inclusão busca a inserção dos educandos de uma forma mais radical, completa e sistemática na vida social e educativa. Como a escola não objetiva excluir ninguém do sistema escolar, ela terá de se adaptar e/ou se reestruturar para atender as particularidades de todos os alunos, desde o começo de sua escolarização (MANTOAN, 1998).

Desta maneira, “o primeiro passo para que uma escola se torne inclusiva, é garantir que todas as crianças e adolescentes, residentes na região, nela sejam efetivamente matriculados” (MEC/SEESP, 2004, v. 3, p. 15).

Os princípios fundamentais da escola inclusiva segundo Declaração de Salamanca (1994):

Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11-12). (Brasil, 1994)

Neste contexto, a inclusão escolar passa a se estabelecer como uma organização que tem como objetivo a transformação da sociedade.

Segundo Carvalho (1998), dois eventos mundialmente significativos trataram de questões referentes à viabilização de educação inclusiva. Foram os seguintes:

- “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que buscava garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação; e,
- “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994.

Segundo o autor, na Conferência Mundial sobre Educação Especial:

[...] foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais (1998, p.146).

O conceito de inclusão se apresentou na Declaração de Salamanca, como um desafio para a educação, sabendo que:

Para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as “diferenças” humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (BRASIL, 1994, p .4).

Na Declaração citada, a Educação Comum e a Educação Especial são fundamentadas na Educação Inclusiva e dela fazem parte, tanto o aluno que não apresentam nenhum tipo de deficiência como aqueles que apresentam.

Segundo Carvalho:

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidos. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida. (1998, p.35).

Dessa forma, tornam-se necessária a prática de uma pedagogia interativa e aberta ao diálogo para o exercício do ato de ensinar, que aborde variados níveis de compreensão, visando ao desempenho de aprendizagem dos alunos.

A prática pedagógica precisa caminhar no sentido de pensar uma pedagogia que busque estratégias diferenciadas para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, é muito importante à preparação do professor em adotar uma proposta curricular flexível.

4.1 A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO E O PAPEL DO PROFESSOR

Atualmente ainda é muito comum que profissionais da educação, tais como professores do ensino regular, resistem em aceitar o desafio imposto pelo processo de construção com a inclusão escolar.

Segundo Correia (1997), essa resistência é compreensível devido à falta de formação adequada para enfrentar esse desafio.

Para entender de fato o papel do professor nesse processo de inclusão é necessário considerar o seu papel na educação e a sua formação diante do processo de inclusão.

O papel que o professor tem na educação, vai muito além de apenas transmitir informações.

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim. (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

Sobre as diferenças das capacidades acadêmicas observadas em sala de aula:

Necessário que todos os professores assumam que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes à condição humana e explicam por quê: alguns alunos são mais dedicados e esforçados; outros dão preferência a determinados conteúdos; há aqueles que são mais lentos, enquanto outros realizam a transferência de aprendizagem com enorme facilidade. Alguns exigem muitos estímulos para se manterem atentos e interessados enquanto há os que aprendem com, sem ou apesar do professor (Carvalho, 1998, p.22).

São de extrema importância os recursos tecnológicos que facilitem e enriqueçam a aprendizagem, pois não podem substituir a relevância do conhecimento mediado pelo professor. É responsabilidade do professor; planejar e escolher conteúdos adequados à especificidade sobre a aprendizagem de cada aluno.

Perrenoud (1999, p.7) define a noção de competência como sendo “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

“Aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar a novas descobertas e a novas sínteses”. (MORIN, 2006, p16).

Perrenoud (2001) afirma que a categoria de qualidades esperadas em um professor do futuro, são grupadas em dois grupos:

- no âmbito da socialização e da cidadania, e pessoa deve ser confiável, mediadora intercultural, animadora de uma comunidade educativa, organizadora de uma vida democrática, transmissora cultural, intelectual;
- no âmbito da construção de saberes e competências, deve ser: organizadora de uma pedagogia construtiva, promotora da garantia do sentido dos saberes, criadora de

situações de aprendizagem, administradora de heterogeneidade, reguladora dos processos e percursos de formação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,2002), os professores das classes regulares precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua, verdadeiramente, a todos.

Segundo Nóvoa (1992) a formação docente deve fornecer:

Aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Uma formação adequada contribui para que o professor consiga interagir adequadamente e participar do desenvolvimento de seus alunos. É um dever do professor conhecer as individualidades de seus alunos, ter interesse pelo ser humano como um todo.

Segundo Bueno (2002), a Educação Inclusiva exige que o professor do ensino regular busque especializar-se em algo para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro lado, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características.

Dessa maneira, os professores de ambas as modalidades devem voltar a estudar, pesquisar, refletir sobre suas práticas de ensino e a buscar metodologias que inovem o ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que apenas as leis que asseguram a inclusão, por mais apropriada por si só, não conseguem reverter situações ou crenças que fazem parte da consciência social de cada pessoa. No entanto, é visível que a educação no Brasil tem evoluído constantemente, pois fica claro a importância de educar e conceder oportunidades verdadeiras para essas crianças, levando em conta as suas necessidades básicas atendidas como todas as outras crianças. Entretanto, é muito comum que escolas, tal como a sociedade, ainda excluam crianças que estejam fora dos padrões determinados pela sociedade.

Desta forma, entende-se que a inclusão ainda é um grande desafio a ser enfrentado tanto pela escola quanto pelos educadores e a sociedade em geral.

As políticas sobre inclusão escolar e social no Brasil são caracterizadas com base no direito de matrícula na rede regular de ensino de todos os alunos, de qualquer município ou estado. As políticas de inclusão impõem que as instituições de ensino devam estar aptas a trabalhar com as diferenças de cada criança. Contudo, podemos constatar toda a dificuldade existente na adaptação desses alunos no contexto educacional, geralmente associado à falta de capacitação dos professores, falta de infraestrutura das instituições de ensino dentre outros fatores.

A quantidade de pessoas com alguma deficiência que solicitam matrícula nas escolas regulares aumenta a cada ano devido à visibilidade de campanhas que focalizam os direitos à educação para todos. Isso significa dizer que a inclusão na educação está desenvolvendo-se, crescendo, mesmo que seja aos poucos vem procurando estabelecer-se garantindo a todos os seus direitos enquanto cidadãos.

Desta forma, a inclusão social nos faz pensar sobre o mundo em que vivemos, pois aprender é uma ação humana individual, são as diferentes opiniões, ideias e níveis de percepção que enobrecem o processo de aprendizagem que sempre reconhece e valoriza as diferenças de cada indivíduo.

Podemos concluir que a inclusão é um impulso social permanente, que não deve ser esquecido ou deixado de lado. É muito importante levar em conta que não são apenas os

deficientes, mas considerar todas as diferenças individuais do ser e os direitos e deveres dos cidadãos como referências para a inclusão real e sem barreiras.

REFERÊNCIAS

_____. **Bases históricas da educação especial no Brasil e a perspectiva da educação inclusiva.** 2001. 78p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2002.

_____. CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

_____. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. nº5, 1999.

_____. **Dados para uma história da psicologia no Brasil.** São Paulo: Psicologia, vol. 1, ano 1, n. 1, pp. 1 a 14, 1975.

_____. **Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. a.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069/90 de julho de 1990. São Paulo: Cortez.

_____. **Fundamentos da Educação Especial.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Série “Cadernos de Educação”, 1999.

_____. J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas?** 2002. Disponível em: <[www.educacaoonline.pro.br/criancas_com_necessidades .htm](http://www.educacaoonline.pro.br/criancas_com_necessidades.htm)> Acesso em: 05/06/2010.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, Brasília.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.). 2ª ed. ver. e atualiz. – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. 2004.b.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. **Secretaria da Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001

ARENDS, R. I. **Aprender a ensinar**. Lisboa: McGraw-Hill, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CARMO, A. A. do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CHIARA, I. D. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.

D'ANTINO, M. E. F. **A Questão da Integração do Aluno com Deficiência Mental na Escola Regular**. In: MANTOAN, M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Memnon / SENAC, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, política e prática em educação especial**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: s/ed., Junho de 1994.

FERREIRA, M. E. C; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GÓMEZ, A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. In: NÓVOA, A. (org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

JIMENEZ, R. B. (org) **Necessidades educativas especiais**. Dinalivro: Lisboa, 1994.

LEMOS, E.R. **Educação de Excepcionais** – Evolução História e Desenvolvimento no Brasil. Tese de Livre – Docência, UFF, 1981.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais**: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler.(org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANTOAN, M.T.E., SANTOS, Maria Terezinha da C.T., **Atendimento educacional especializado**; políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.

NIZA, S. **A Administração Escolar - Necessidades especiais de educação**: Da educação à inclusão na escola comum. Inovação,1996.

NÓVOA, A. **Formação de professores**. In: Nóvoa. A. (org.). Vidas de professores. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PEREIRA, L. M Evolução Histórica da Educação Especial. In **Integração Escolar, Coletânea de Textos**. Lisboa: FMH/UTL, 1993.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. A biblioterapia e leitura crítica para a formação da cidadania com os alunos do Instituto dos Cegos da Paraíba "Adalgisa Cunha". In: **Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 1**. Rio Grande do Sul: Editora da PUC, 2000.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SAHB, W. F. **Educação especial**: olhar histórico, perspectivas atuais e aporte legal, 2006. Disponível em <[http://www2.univali.br/revistaREDE /rede5 /artigos/artigo_2.doc](http://www2.univali.br/revistaREDE/rede5/artigos/artigo_2.doc)>. Acesso em 17 set. 2020.

SCHWARTZAN, J.S. **Educação Especial**. São Paulo, Mackenzie, 1999.

WERNECK, Cláudia. **Entrevista sobre a inclusão**. Disponível na página: portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=depoimentos&cod=7. Acesso em 25/10/2020.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a) _____

Esta pesquisa é sobre “INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO” que está sendo desenvolvida por Renata Freire Duarte, estudante do curso de Pedagogia, modalidade a Distância, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do/a Professor/a “Norma Maria de Lima”.

O objetivo do estudo é “promover discursões acerca do tema inclusão social. Este trabalho tem como foco principal o processo de inclusão e a garantia de acesso ao ensino de qualidade para todos.”.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo/a pesquisador/a. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O/a pesquisador/a estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

RG: _____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável:

Renata Freire Duarte- (83) 99399-7170